



NOVA ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2025R

PROCESSO INTERNO Nº 4248/2025

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PREÂMBULO

Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei Federal nº 14.133, de 2021, Lei Federal Complementar Nº 123/2006 com suas alterações e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOKS, TABLETS, PERIFÉRICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TELEFONIA, conforme especificações e demais exigências contidas nos anexos, que fazem parte integrante do Edital.

DIA/HORÁRIOS:

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS A PARTIR DE: 10/10/2025– Horas 17:30 horas

ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 24/10/2025– Horas 10:01 horas

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 24/10/2025– Horas 10:15 horas

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL

A pasta completa contendo o edital e seus anexos está disponível gratuitamente nos canais: Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); no site desta Prefeitura: <https://www.francodarocha.sp.gov.br/> (Lei de Acesso à Informação > Licitações) e no site da BBMNET: <https://novobbmnet.com.br/>.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO INTERNO Nº 4248/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2025R

1. - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O Município de Franco da Rocha, através da Secretaria de Gestão Pública e este Pregoeiro, designado pela Portaria nº 155, de 14 de fevereiro de 2024, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, realizar-se-á licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

1.2. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura de Franco da Rocha, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a Plataforma de Licitações Eletrônicas BBMNET no endereço <https://novobbmnet.com.br/>,

1.3. - Constitui parte integrante deste edital:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo de Proposta de Preços e Valores de Referência;
- Anexo III – Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos;
- Anexo IV – Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VI – Minuta do Termo de Ciência e Notificação;
- Anexo VII – Decreto Nº 3.394/2023;
- Anexo VIII – Manual do Sistema de Cadastro Corporativo;
- Anexo IX – Instruções 01/2024 – TCE/SP;
- Anexo X – Anexo X – Dotações Orçamentárias.



2. DO OBJETO:

2.1. O objeto desta licitação é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOKS, TABLETS, PERIFÉRICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TELEFONIA**, conforme especificações e demais exigências contidas nos anexos, que fazem parte integrante do Edital.

2.2. Relativo a Ata de Registro de Preços:

2.2.1. Para o fornecimento previsto haverá uma Ata de Registro de Preços, que será firmado entre a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA** e a **LICITANTE CLASSIFICADA** em primeiro lugar, sendo esta habilitada.

2.2.2. A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84, da Lei 14.133/2021.

2.2.3. A DETENTORA se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência, ainda que a prestação de serviço decorrente esteja prevista para data posterior à de seu termo final, observados os quantitativos estimados no **ANEXO II** (Modelo de Proposta de Preços).

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. Considerando o modo de julgamento tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, as despesas decorrentes da presente licitação estão **estimadas** em:

ITEM 01: R\$ 50.850,00 (cinquenta mil, oitocentos e cinquenta reais)

ITEM 02: R\$ 566,95 (quinhentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos)

ITEM 03: R\$ 10.585,00 (dez mil, quinhentos e oitenta e cinco reais)

ITEM 04: R\$ 19.025,00 (dezenove mil e vinte e cinco reais)

ITEM 05: R\$ 524.499,00 (quinhentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais)



ITEM 06: R\$ 2.551.040,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e um mil e quarenta reais)

ITEM 07: R\$ 3.661.370,00 (três milhões, seiscentos e sessenta e um mil, trezentos e setenta reais).

ITEM 08: R\$ 1.737.502,00 (um milhão, setecentos e trinta e sete mil, quinhentos e dois reais)

ITEM 09: R\$ 381.055,00 (trezentos e oitenta e um mil e cinquenta e cinco reais)

ITEM 10: R\$ 973.330,00 (novecentos e setenta e três mil e trezentos e trinta reais)

ITEM 11: R\$ 410.736,00 (quatrocentos e dez mil, setecentos e trinta e seis reais)

ITEM 12: R\$ 37.050,00 (trinta e sete mil e cinquenta reais)

ITEM 13: R\$ 29.960,00 (vinte e nove mil, novecentos e sessenta reais)

ITEM 14: R\$ 30.910,00 (trinta mil, novecentos e dez reais)

ITEM 15: R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais)

ITEM 16: R\$ 20.576,00 (vinte mil, quinhentos e setenta e seis reais)

ITEM 17: R\$ 20.880,00 (vinte mil, oitocentos e oitenta reais).

ITEM 18: R\$ 59.433,00 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e trinta e três reais)

ITEM 19: R\$ 53.984,00 (cinquenta e três mil, novecentos e oitenta e quatro reais)

ITEM 20: R\$ 24.997,50 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

ITEM 21: R\$ 42.054,00 (quarenta e dois mil e cinquenta e quatro reais)

ITEM 22: R\$ 50.774,00 (cinquenta mil, setecentos e setenta e quatro reais)

ITEM 23: R\$ 14.024,10 (quatorze mil, vinte e quatro reais e dez centavos)

ITEM 24: R\$ 1.466.000,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e seis mil reais)

ITEM 25: R\$ 831.344,00 (oitocentos e trinta e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais)

ITEM 26: R\$ 346.132,00 (trezentos e quarenta e seis mil, cento e trinta e dois reais)

ITEM 27: R\$ 30.696,00 (trinta mil, seiscentos e noventa e seis reais)

ITEM 28: R\$ 63.628,00 (sessenta e três reais, seiscentos e vinte e oito reais)

ITEM 29: R\$ 26.833,50 (vinte e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e cinquenta centavos)

ITEM 30: R\$ 11.057,00 (onze mil e cinquenta e sete reais)



- ITEM 31: R\$ 10.184,00 (dez mil, cento e oitenta e quatro reais)
- ITEM 32: R\$ 21.675,00 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e cinco reais)
- ITEM 33: R\$ 8.611,20 (oito mil, seiscentos e onze reais e vinte centavos)
- ITEM 34: R\$ 52.258,50 (cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)
- ITEM 35: R\$ 23.087,90 (vinte e três mil, oitenta e sete reais e noventa centavos).
- ITEM 36: R\$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais)
- ITEM 37: R\$ 13.320,00 (treze mil, trezentos e vinte reais)
- ITEM 38: R\$ 7.320,00 (sete mil e trezentos e vinte reais)
- ITEM 39: R\$ 21.065,00 (vinte e um mil e sessenta e cinco reais)
- ITEM 40: R\$ 11.395,00 (onze mil e trezentos e noventa e cinco reais)
- ITEM 41: R\$ 12.870,00 (doze mil oitocentos e setenta reais)
- ITEM 42: R\$ 29.265,00 (vinte e nove mil duzentos e sessenta e cinco reais)
- ITEM 43: R\$ 22.865,00 (vinte e dois mil oitocentos e sessenta e cinco reais)
- ITEM 44: R\$ 9.920,00 (nove mil, novecentos e vinte reais)
- ITEM 45: R\$ 2.535,40 (dois mil, quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos)
- ITEM 46: R\$ 19.107,00 (dezenove mil, cento e sete reais)
- ITEM 47: R\$ 24.630,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e trinta reais)
- ITEM 48: R\$ 53.367,00 (cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e sete reais)
- ITEM 49: R\$ 11.823,00 (onze mil, oitocentos e vinte e três reais)
- ITEM 50: R\$ 15.070,00 (quinze mil e setenta reais)
- ITEM 51: R\$ 11.220,00 (onze mil, duzentos e vinte reais)
- ITEM 52: R\$ 27.200,00 (vinte e mil e duzentos reais)
- ITEM 53: R\$ 9.935,00 (nove mil, novecentos e trinta e cinco reais)
- ITEM 54: R\$ 18.180,00 (dezoito mil, cento e oitenta reais)
- ITEM 55: R\$ 8.112,00 (oito mil, cento e doze reais)
- ITEM 56: R\$ 138.165,00 (cento e trinta e oito mil, cento e sessenta e cinco reais)
- ITEM 57: R\$ 130.818,00 (cento e trinta mil, oitocentos e dezoito reais)
- ITEM 58: R\$ 13.119,00 (treze mil, cento e dezenove reais)
- ITEM 59: R\$ 3.416,80 (três mil, quatrocentos e dezesseis reais e oitenta centavos)



- ITEM 60: R\$ 33.650,00 (trinta e três mil, seiscentos e cinquenta reais)
ITEM 61: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)
ITEM 62: R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)
ITEM 63: R\$ 29.610,00 (vinte e nove mil, seiscentos e dez reais)
ITEM 64: R\$ 51.570,00 (cinquenta e um mil quinhentos e setenta reais)
ITEM 65: R\$ 80.010,00 (oitenta mil e dez reais)
ITEM 66: R\$ 8.290,00 (oito mil, duzentos e noventa reais)
ITEM 67: R\$ 12.750,00 (doze mil, setecentos e cinquenta reais)
ITEM 68: R\$ 1.059,50 (um mil, cinquenta e nove reais e cinquenta centavos)
ITEM 69: R\$ 9.110,00 (nove mil, cento e dez reais)
ITEM 70: R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais)
ITEM 71: R\$ 9.730,00 (nove mil, setecentos e trinta reais)
ITEM 72: R\$ 2.858,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta e oito reais)
ITEM 73: R\$ 10.666,00 (dez mil, seiscentos e sessenta e seis reais)
ITEM 74: R\$ 8.064,00 (oito mil, sessenta e quatro reais)
ITEM 75: R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais)
ITEM 76: R\$ 2.028,00 (dois mil e vinte e oito reais)
ITEM 77: R\$ 14.493,40 (quatorze mil, quatrocentos e noventa e três reais e quarenta centavos)
ITEM 78: R\$ 28.113,00 (vinte e oito mil, cento e treze reais)
ITEM 79: R\$ 46.251,00 (quarenta e seis mil, duzentos e cinquenta e um reais)
ITEM 80: R\$ 817,10 (oitocentos e dezessete reais e dez centavos)
ITEM 81: R\$ 733.598,00 (setecentos e trinta e três reais e noventa e oito centavos)
ITEM 82: R\$ 4.369,20 (quatro mil, trezentos e sessenta e nove reais e vinte centavos).

Parágrafo Único: Considerando que o modo de julgamento da licitação é **MENOR PREÇO POR ITEM**, os licitantes deverão respeitar a media do item conforme **Anexo II – Modelo de proposta com a descrição do item e valores de referência**.

3.2. As despesas onerarão os recursos orçamentários e financeiros reservados através da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) constantes no **ANEXO X**.



4. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

4.1. Decai do direito de solicitar esclarecimentos dos termos do edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, conforme art. 164 da Lei 14.133/2021, através da plataforma BBMNET.

5. DA IMPUGNAÇÃO:

5.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, conforme art. 164 da Lei 14.133/2021, através da plataforma BBMNET.

5.2. Decai do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o interessado que não o fizer até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

6.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.

6.2. Não poderão participar desta licitação:

6.2.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



6.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro/contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.2.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.2.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

6.2.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

Parágrafo único: *O objeto do certame se refere a produto comum disponível no mercado, hipótese em que a vedação não caracteriza prejuízo à competitividade do certame, tampouco investimentos de grande monta a ponto de dificultar o seu fornecimento, dispensando totalmente a necessidade de contratação de empresas reunidas em consórcio.*

6.2.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

6.2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da ata de registro/contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.



6.2.12. É vedada a subcontratação ou a terceirização do objeto deste certame.

6.3. O impedimento de que trata o item 6.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.2.2 e 6.2.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão da ata de registro/ contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.6. O disposto nos itens 6.2.2 e 6.2.3, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021.

6.8 A vedação de que trata o item 6.2.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

7.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

7.1.1. Conduzir a sessão pública;

7.1.2. Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

7.1.3. Abrir as propostas de preços e verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

7.1.4. Desclassificar propostas indicando os motivos;

7.1.5. Coordenar a sessão pública e o envio de lances;

7.1.6. Verificar e julgar as condições de habilitação;

7.1.7. Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

7.1.8. Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

7.1.9. Indicar o vencedor do certame;

7.1.10. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

7.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.



8. DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL BBMNET:

8.1. – Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site da Plataforma BBMNET, no endereço eletrônico <https://novobbmnet.com.br/>, através da opção Cadastro de Fornecedores.

8.2. – As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico <https://novobbmnet.com.br/>.

8.2.1. – Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema Plataforma **BBMNET**, poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 18h00min (horário de Brasília) através dos canais informados no site <https://novobbmnet.com.br/>.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

9.1. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente lançamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio <https://novobbmnet.com.br/>, opção “Sala de Disputa”.

9.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.

9.3. Os valores das propostas de preço deverão ser lançadas na plataforma até a data e horário definidos, conforme indicação no preâmbulo deste.

9.3.1. Preços unitário e total do produto deverão ser expressos em algarismos e por extenso, tudo em reais, incluídos eventuais impostos, taxas e fretes, **QUE DEVERÁ SER APRESENTADO COM PRECISÃO DE DUAS CASAS DECIMAIS;**



9.3.2. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico conforme o modo de julgamento indicado no preâmbulo do edital.

9.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

9.4.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

9.4.2. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo;

9.4.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.4.4. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

9.4.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

9.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.

9.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.



9.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

9.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

9.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 9.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

9.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

9.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

9.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

9.12. O Pregoeiro, se julgar necessário, encaminhará o processo a Secretaria requisitante, a fim de que seja emitido Parecer Técnico referente a proposta vencedora.

9.13. No campo apropriado do sistema eletrônico será necessário informar a **MARCA**.



10. DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

10.1. As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BBMNET no menu “Sala de Disputa”, no campo das licitações na coluna (menu) da etapa “Aberto para receber propostas”.

10.1.1. O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando “enviar proposta”.

10.1.2. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.

10.1.3. O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma BBMNET Licitações.

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

10.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

10.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.



10.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõem o Modelo de Proposta e o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.9. O lançamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.11. Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.

10.12. Quando for exigido pelo Pregoeiro, o licitante deverá preencher a ficha técnica do produto ou serviços, junto as informações adicionais. A ficha técnica, quando obrigatória, será enviada através de comando próprio disponível no Sistema ao licitante.

10.12.1. O licitante não poderá em hipótese nenhuma se identificar na ficha técnica, sob pena de desclassificação.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A partir da data e horário previstos no edital, terá início automaticamente à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado no item 8.1, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

11.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a etapa de abertura da sessão pública,

11.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

11.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

11.8.1. Os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.9. Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.

11.9.1. Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários lotes da mesma licitação.

11.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.

11.13. O procedimento seguirá de acordo com o **MODO DE DISPUTA ABERTO**.

11.13.1. No pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “**ABERTO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.13.2. O pregoeiro tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático.

11.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

11.14. Serão aceitos lances inferiores, iguais ou superiores ao lance de menor valor já ofertado.

11.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



11.17. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via “chat” do sistema eletrônico, bem como por meio do site da municipalidade, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

11.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.19. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

11.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.19.4. Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.20. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



11.20.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

11.20.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

11.20.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

11.20.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (compliance), conforme orientações dos órgãos de controle.

11.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

11.21.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

11.21.2. Empresas brasileiras;

11.21.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.21.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11.22. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

11.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido



para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.24. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.25. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.26. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11.27. Será desclassificada a proposta que:

11.27.1. Contiver vícios insanáveis;

11.27.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas neste Edital e do Termo de Referência;

11.27.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.27.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.27.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.28. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.28.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:



11.28.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

11.28.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.29. No caso de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

11.29.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

11.29.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

11.29.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

11.30. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.31. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.31.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço

global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

11.32. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

11.32.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.32.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.33. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

12. DA PROPOSTA READEQUADA E DA HABILITAÇÃO

12.1. Após a fase de negociação e aceite da proposta, o licitante declarado vencedor deverá apresentar, **no prazo de até 02 (duas) horas**, a proposta final e os documentos mencionados na cláusula 12.1.3, exclusivamente no botão “Anexar Documento de Proposta Final” disponível na plataforma: <https://novobbmnet.com.br/>.

12.1.1. O arquivo deverá conter a proposta comercial readequada com os preços finais, conforme negociação realizada com o pregoeiro, respeitando-se a linearidade na proporção de redução de valores e o limite do valor do lance vencedor;

12.1.2. A proposta final deverá estar devidamente preenchida conforme o modelo do **ANEXO II**;



12.1.3. A licitante em primeiro lugar classificada, deverá demonstrar, na fase de julgamento, a conformidade da proposta juntamente com a apresentação do catálogo, manual, folder, folha de especificação de dados (datasheet), informações técnicas disponibilizadas em sítio eletrônico oficial da fabricante, ou documentação afim, todas de domínio público e de procedência oficial da fabricante, a qual demonstre o atendimento das especificações técnicas solicitadas em cada item, conforme o Anexo I do Termo de Referência.

12.1.3.1. Nos termos do art. 41. I, alínea b, da Lei 14.133/21, os itens nº 2 e 10 constantes do Anexo I do Termo de Referência, possuem indicação de marca e modelo específicos, uma vez que da sua utilização decorre a necessidade de padronização com os equipamentos desta natureza já utilizados pela Administração, bem como a necessidade de manter a compatibilidade técnica.

12.1.4. O não envio da proposta nos termos e no prazo estipulado poderá ensejar a desclassificação do licitante, nos termos da legislação vigente.

12.1.5. A proposta readequada deverá conter o valor negociado com o Pregoeiro, sob sua inteira responsabilidade.

12.1.6. Dentro do prazo previsto no item 12.1, poderão ser remetidos, por iniciativa da licitante, tantos quantos forem os documentos complementares ou retificadores afetos a sua Proposta de Preços.

12.2. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de **02 (duas) horas**, previsto no item 12.1, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço ou de qualquer outro documento complementar ou retificador ou que deveria ter sido remetido juntamente a proposta, sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta, e a convocação da próxima licitante.

12.2.1. Em caso de divergência entre os valores unitário e total, serão considerados os primeiros e, entre os expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.



Parágrafo único: O prazo que se refere o item 12.1. poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração Pública.

12.2.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser fornecidos sem ônus adicionais.

12.3. Encerrada a etapa de envio de Proposta readequada, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação.

12.3.1. O prazo para a inserção dos documentos de habilitação solicitados neste edital será de **02 (duas) horas**, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.

12.3.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via Sistema BBMNET.

12.3.3. Os documentos relativos à habilitação deverão ser encaminhados nos formatos (extensões) “pdf”, “doc”, “xls”, “png” ou “jpg”, observado o limite de 6 Mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma <https://novobbmnet.com.br/>.

12.3.4. Não serão aceitos documentos não especificados na cláusula 12 – DA HABILITAÇÃO deste Edital, portanto, deverão ser identificados de igual forma.

Parágrafo único: Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que uma das filiais execute o futuro Contrato, deverá apresentar a documentação da FILIAL e também da MATRIZ.

12.4. - Dos documentos enviados na forma constante dos itens 12.1 e 12.3.1, caso os originais/autenticados não tenham sido inseridos na plataforma BBMNET, deverão ser relacionados e apresentados na Secretaria de Gestão Pública desta Prefeitura,



especificadamente aos cuidados da Diretoria de Gestão de Suprimentos, Núcleo de Licitações, localizada na Alameda Dr. Antônio Carlos Pacheco e Silva, 300, Complexo Hospitalar do Juquery – Franco da Rocha/SP, CEP: 07863-230, das 09h00min às 16h00min, em até 3 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo primeiro: *Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.*

12.5. Os prazos que se referem os itens 12.1 e 12.3.1 poderão ser prorrogados por igual período a critério da Administração Pública.

12.5.1. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos no item 12.3.1, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

12.6. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória Nº 2200-2 de 2021, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

12.6.1. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

12.7. O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal Nº 14.133, legislação correlata e no item 6.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver;



b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

c) Consulta Apenados de Pessoa Jurídica (TCESP) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (tce.sp.gov.br).

12.7.1. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar Nº 123/06.

12.9. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos do licitante melhor classificado para fins de habilitação e qualificação:

12.9.1. Habilitação Jurídica:

12.9.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

12.9.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou registro empresarial devidamente registrado. Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto social deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

12.9.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

12.9.1.4. Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando cabível.

12.9.1.5. Tais documentos deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

12.9.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.9.2.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

12.9.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.9.2.3. Certidões de regularidade de situação para com as Fazendas: Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal do domicílio/sede da licitante.

12.9.2.4. Certificados de regularidade de situação perante o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.9.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

12.9.3. Qualificação Técnica:

12.9.3.1. Deverá ser apresentada documentação técnica que comprove a experiência mínima de 50% no fornecimento dos itens, por meio de atestados que demonstrem a capacidade técnica e operacional, constituindo estes os itens da parcela de maior relevância técnica, conforme a tabela abaixo:

Descrição	Especificações	Quantidade a comprovar
Access Point Wireless U7 Pro Ubiquiti	Dispositivo Wi-Fi 7 de alta performance, com suporte a tecnologias 802.11be (Wi-Fi 7), 802.11ax (Wi-Fi 6/6E) e 802.11ac (Wi-Fi 5). Oferece cobertura de até 140 m² e capacidade para conectar até 300 dispositivos	150



	simultaneamente. Possui 1 porta uplink de 2,5 GbE e alimentação via PoE+. Com configurações MIMO e antenas de alto ganho (6 GHz: 5.8 dBi, 5 GHz: 6 dBi, 2,4 GHz: 4 dBi), fornece taxas de dados de até 5,7 Gbps em 6 GHz, 4,3 Gbps em 5 GHz e 688 Mbps em 2,4 GHz. Recursos avançados incluem malha sem fio, roaming rápido, autenticação de voucher, isolamento de rede de convidados e VLAN dinâmica. Design compacto e robusto, suportando montagem no teto ou parede, com temperatura de operação de -30 a 40°C e umidade de 5 a 95% sem condensação. Ideal para ambientes corporativos de alta demanda. Certificações CE, FCC e IC.	
Adaptador PoE para Access Point Ubiquiti	Adaptador PoE para Access Point Ubiquiti Compatível com os modelos de APs UniFi: U7-Pro, U6-LR, U6-PRO, UAP-AC-Lite, UAP-AC-M, UAP-AC-IW, UAP-AC-LR, UAP-AC-PRO, UAP-AC-M-PRO, UAP-nanoHD, UAP-FlexHD. Fornece até 30W de PoE+. Proteção contra surtos, picos de pulso e sobrecorrente. Contém entrada de dados RJ45, cabo AC com aterramento e saída PoE+. Indicador LED para monitoramento de status. Dimensões: 93 x 62 x 35 mm (3,7 x 2,4 x 1,4"). Peso: 156 g (5,5 oz). Tensão de saída: 48V DC @ 0,65A. Tensão nominal: 100—240V AC @ 50/60Hz. Corrente de entrada: 0,75A máx. Corrente de inrush: <100A pico a 26°C. Eficiência: 87%. Ripple de saída: 1% máx. Frequência de comutação: 70 kHz máx. Regulação de linha: = 3%. Regulação de carga: = 5%. Alimentação de 2 pares: Pinos 4, 5 (+) e 7, 8 (-). Alimentação de 4 pares: Não. Conector AC: IEC-320 C6. Entrada de Dados/PoE: Soquete RJ45 blindado. Porta LAN Gigabit: Sim. Indicador de atividade LAN: Não. Capacidade de reset remoto: Não. Botão de reset: Não. Proteção contra surtos: Modo diferencial e comum. Proteção de clamping: 11V dados, 60V energia. Descarga máxima de surto:	150



	1500A (8/20 μs) energia. Corrente de pulso de pico: 36A (10/1000 μs) dados. Capacitância de shunt: <5 pF dados. Tempo de resposta: <1 ns. Temperatura ambiente de operação: 0 a 40°C (32 a 104°F). Temperatura de armazenamento: -30 a 70°C (-22 a 158°F). Umidade ambiente de operação: 10 a 95% não condensante. Certificações: CE, FCC, IC, UL.	
Computador Padrão I	Gabinete: Mid ou Full Tower com 2 portas USB 3.0 frontais, portas de áudio (1x mic-in, 1x line-out), botões liga/desliga e reset, com terminais de conexão à placa-mãe e estrutura com suporte a ventilação e organização de cabos. Fonte: ATX 500W, bivolt automática (110/220V), eficiência $\geq 85\%$, certificação 80 Plus Bronze, proteções OVP/OCP/SCP, com cabo padrão 3 pinos. Processador: Intel 13ª geração (ou superior), família i5 (ou superior), 10 núcleos (performance + eficientes), 16 threads, 20MB cache, clock base 2,5GHz (performance) e 1,8GHz (eficientes), com vídeo integrado; ou AMD série 5000 (ou superior), Ryzen 7 (ou superior), 8 núcleos, 16 threads, 16MB cache, clock 3,8GHz, com vídeo integrado; OU AMD série 7000 (ou superior), Ryzen 5 (ou superior), 6 núcleos, 12 threads, 32MB cache, clock 3,8GHz Inclui cooler compatível. Memória RAM: DDR4 16GB, 3200MHz, formato DIMM. Armazenamento: SSD M.2 2280 PCIe NVMe, 240GB, interface PCIe Gen3 ou Gen4, leitura: 3000 MB/s e gravação: 1300 MB/s. Placa-Mãe: Chipset compatível com o processador instalado, suporte para até 64GB de memória RAM DDR4, com dois slots. 1x PCIe Express x16 e 1x PCIe Express x1 (compatível com PCIe 3.0 x1).	250



	1x Slot M.2 compatível com dispositivos 2242/2260/2280. Conectividade: 1x DisplayPort 1x HDMI 1x RJ45 Gigabit Ethernet (100/1000 Mbps, com suporte a boot PXE) 2x USB 3.0 2x USB 2.0 Porta de áudio: 1x 3.5 mm p/ áudio (line-out) + 1x 3.5 mm p/ microfone (mic-in) Placa mãe acompanha todos os cabos e conexões necessárias à instalação dos demais componentes de hardware BIOS: Homologada para a placa mãe e compatível com o processador, UEFI e Secure Boot. Sistema Operacional: Windows 11 Pro 64 Bits, na última versão disponível, com etiqueta de licença original da Microsoft afixada no gabinete. Equipamento montado, pronto para uso.	
Computador Padrão II	Gabinete: Mid ou Full Tower com 2 portas USB 3.0 frontais, portas de áudio (1x mic-in, 1x line-out), botões liga/desliga e reset, com terminais de conexão à placa-mãe e estrutura com suporte a ventilação e organização de cabos. Fonte: ATX 500W, bivolt automática (110/220V), eficiência ≥85%, certificação 80 Plus Bronze, proteções OVP/OCP/SCP, com cabo padrão 3 pinos e certificação. Processador: Intel 13ª geração (ou superior), família i5 (ou superior), 10 núcleos (performance + eficientes), 16 threads, 20MB cache, clock base 2,5GHz (performance) e 1,8GHz (eficientes), com vídeo integrado; ou AMD série 5000 (ou superior), Ryzen 7 (ou superior), 8 núcleos, 16 threads, 16MB cache, clock 3,8GHz, com vídeo integrado; OU AMD série 7000 (ou superior), Ryzen 5 (ou superior), 6	250



	núcleos, 12 threads, 32MB cache, clock 3,8GHz Inclui cooler compatível. Memória RAM DDR4 16GB, 3200MHz, formato DIMM. Armazenamento: SSD M.2 2280 PCIe NVMe, 240GB, interface PCIe Gen3 ou Gen4, leitura: 3000 MB/s e gravação: 1300 MB/s. Placa-Mãe: Chipset Intel ou AMD, suporte para até 64GB de memória RAM DDR4, com dois slots. 1x PCIe Express x16 e 1x PCIe Express x1 (compatível com PCIe 3.0 x1). 1x Slot M.2 compatível com dispositivos 2242/2260/2280. Conectividade: 1x DisplayPort 1x HDMI 1x RJ45 Gigabit Ethernet (100/1000 Mbps, com suporte a boot PXE) 2x USB 3.0 2x USB 2.0 Porta de áudio: 1x 3.5 mm p/ áudio (line-out) + 1x 3.5 mm p/ microfone (mic-in) Placa mãe acompanha todos os cabos e conexões necessárias à instalação dos demais componentes de hardware Placa de Vídeo: Dedicada, offboard, mínimo de 4GB de memória DDR5, suporte para 3 monitores simultâneos independentes, com no mínimo uma saída HDMI e uma Display Port. BIOS: Homologada para a placa mãe e compatível com o processador, UEFI e Secure Boot. Sistema Operacional: Windows 11 Pro 64 Bits, na última versão disponível, com etiqueta de licença original da Microsoft afixada no gabinete. Equipamento montado, pronto para uso.	
--	--	--



Computador Padrão III	Gabinete: Mid ou Full Tower com 2 portas USB 3.0 frontais, portas de áudio (1x mic-in, 1x line-out), botões liga/desliga e reset, com terminais de conexão à placa-mãe e estrutura com suporte a ventilação e organização de cabos, com 4 fans instaladas. Fonte: ATX 750W, bivolt automática (110/220V), eficiência ≥85%, certificação 80 Plus Gold, proteções OVP/OCP/SCP, com cabo padrão 3 pinos. Processador: Intel 13ª geração (ou superior), série i9 (ou superior), 24 núcleos, 32 threads, 32MB cache, clock base 2,0GHz (performance) e 1,5GHz (eficientes); ou AMD série 7000, Ryzen 9 (ou superior), 12 núcleos, 24 threads, 64MB cache, clock base 3,7GHz. Acompanha air cooler ou water compatível. Memória RAM DDR4 64GB (2x32GB), 3200MHz, formato DIMM. Armazenamento: SSD M.2 2280 PCIe NVMe, 1 TB, interface PCIe Gen3 ou Gen4, leitura: 6000 MB/s e gravação: 4000 MB/s. Placa-Mãe: Chipset Intel ou AMD, suporte para até 128GB de memória RAM DDR4, com quatro slots em dois canais. 1x PCIe Express x16 e 1x PCIe Express x1 (compatível com PCIe 3.0 x1). 1x Slot M.2 compatível com dispositivos 2242/2260/2280. Conectividade: 1x DisplayPort 1x HDMI 1x RJ45 Gigabit Ethernet (100/1000 Mbps, com suporte a boot PXE) 2x USB 3.0 2x USB 2.0 Porta de áudio: 1x 3.5 mm p/ áudio (line-out) + 1x 3.5 mm p/ microfone (mic-in)	50
----------------------------------	---	-----------



	Placa mãe acompanha todos os cabos e conexões necessárias à instalação dos demais componentes de hardware Placa de Vídeo: Dedicada, offboard, mínimo de 8GB de memória DDR5, suporte para 3 monitores simultâneos independentes, com no mínimo uma saída HDMI e uma Display Port. BIOS: Homologada para a placa mãe e compatível com o processador, UEFI e Secure Boot. Sistema Operacional: Windows 11 Pro 64 Bits, com etiqueta de licença original da Microsoft afixada no gabinete. Equipamento montado, pronto para uso.	
Computador Portátil - Notebook - Padrão I	Computador portátil (notebook), novo, com embalagem apropriada para transporte seguro. Processador: Intel 12ª Geração (ou superior), família i5 (ou superior), 10 núcleos, 12 threads, 12 MB de cache, clock básico do núcleo performance mínimo de 1,3 GHz e núcleo eficiente de 0,9 GHz (desconsiderando tecnologias de boost). OU AMD série 5000 (ou superior), família Ryzen 5 (ou superior), 6 núcleos, 12 threads, 16 MB de cache, clock básico mínimo de 2,1 GHz (desconsiderando tecnologias de boost). Memória RAM: 16GB DDR4 com frequência de 3200MHz (desconsiderar memória soldada à placa), expansível até 32 GB; Armazenamento: SSD M.2 2280 PCIe NVMe, 240GB, interface PCIe Gen3 ou Gen4, leitura: 3000 MB/s e gravação: 1300 MB/s. Placa de Vídeo: Integrada Tela: LED Full HD (1920x1080), com tamanho mínimo de	100



	14 polegadas, tecnologia antirreflexo e bordas finas. Conectividade: Placa de rede sem fio com padrão Wi-Fi 6E (2x2 AX) e Bluetooth® 5.1 ou superior. Placa de rede cabeada (RJ-45) integrada, com suporte a velocidades 10/100/1000 Mbps, sem necessidade de adaptadores. Bateria: Integrada ou destacável. Portas e Conectividade Física: 1 (uma) porta USB tipo-C; 1 (uma) porta USB 2.0; 1 (uma) porta USB 3.0; 1 (uma) porta HDMI; Periféricos Integrados: Webcam frontal HD (720p) ou superior; Microfone embutido; Alto-falantes integrados; Teclado padrão ABNT2. Sistema Operacional: Microsoft Windows 11 Pro 64 bits em Português (Brasil), com licença original e etiqueta de licença da Microsoft deverá ser fornecida e afixada no corpo do equipamento. Fonte de Alimentação: fonte de alimentação bivolt automática, compatível com a rede elétrica brasileira.	
Computador Portátil - Notebook - Padrão II	Computador portátil (notebook), novo, com embalagem apropriada para transporte seguro. Processador: Intel 13ª Geração (ou superior), família i7 (ou superior), 14 núcleos, 20 threads, 24 MB de cache, clock básico do núcleo performance mínimo de 2,6 GHz e núcleo eficiente de 1,9 GHz (desconsiderando tecnologias de boost). OU AMD série 7000 (ou superior), família Ryzen 7 (ou	25



	superior), 8 núcleos, 16 threads, 16 MB de cache, clock básico mínimo de 3,8 GHz (desconsiderando tecnologias de boost). Memória RAM: 32GB DDR4 com frequência de 3200MHz (desconsiderar memória soldada à placa), expansível até 64 GB; Armazenamento: SSD M.2 2280 PCIe NVMe, 1 TB, interface PCIe Gen3 ou Gen4, leitura: 6000 MB/s e gravação: 4000 MB/s. Placa de Vídeo: Dedicada, com no mínimo 4 GB de memória de vídeo. Tela: LED Full HD (1920x1080), com tamanho mínimo de 14 polegadas, tecnologia antirreflexo e bordas finas. Conectividade: Placa de rede sem fio com padrão Wi-Fi 6E (2x2 AX) e Bluetooth® 5.1 ou superior. Placa de rede cabeada (RJ-45) integrada, com suporte a velocidades 10/100/1000 Mbps, sem necessidade de adaptadores. Bateria: Integrada ou destacável, com no mínimo 3 células. Portas e Conectividade Física: 1 (uma) porta USB tipo-C; 1 (uma) porta USB 2.0; 1 (uma) porta USB 3.0; 1 (uma) porta HDMI; Periféricos Integrados: Webcam frontal HD (720p) ou superior; Microfone embutido; Alto-falantes integrados; Teclado padrão ABNT2. Sistema Operacional: Microsoft Windows 11 Pro 64 bits em Português (Brasil), com licença original e etiqueta de licença da Microsoft deverá ser fornecida e afixada no corpo do equipamento.	
--	--	--



	Fonte de Alimentação: fonte de alimentação bivolt automática, compatível com a rede elétrica brasileira.	
Microcomputador Padrão I	Processador: Intel 14ª Geração (ou superior), família i7 (ou superior), 14 núcleos, 20 threads, 24 MB de cache, clock básico do núcleo performance mínimo de 1,7 GHz e núcleo eficiente de 1,2 GHz (desconsiderando tecnologias de boost), com memória de vídeo integrada. Memória RAM: 16 GB DDR5 (1x16 GB) Velocidade: 5600 MT/s Expansível até: 64 GB Slots: 2x SO-DIMM Armazenamento: Tipo: SSD PCIe NVMe M.2 Capacidade: 512 GB Interface: PCI Express 4.0, compatível com NVMe Gráficos: Integrado ao processador Intel Saídas de vídeo: 3x DisplayPort Conectividade: Rede: Ethernet LAN 100/1000 Mbps Wi-Fi: Intel® Wi-Fi 6E AX211 (802.11ax) Bluetooth: Versão 5.3 Portas e Interfaces: USB: 1x USB 3.2 Gen 1 Tipo A, 3x USB 3.2 Gen 2 Tipo A, 1x USB 3.2 Gen 2x2 Tipo C Áudio: 1x Entrada para microfone, 1x Porta combinada para fone de ouvido/microfone Rede: 1x RJ-45 (Ethernet) Vídeo: 3x DisplayPort 1.4a Alimentação: 1x Entrada DC-in Sistema Operacional: Versão: Windows 11 Pro (64 bits)	100



	Formato: Micro Posições suportadas: Horizontal e vertical Fonte de alimentação (incluída): Voltagem de entrada: 100 - 240 V Frequência de entrada: 50/60 Hz Padrão de 3 pinos	
Telefone Sem Fio	Tecnologia: - Tecnologia digital Sim: DECT 6.0 - Frequência 1,9 Ghz (1.910 - 1.920 Mhz) - Identificação de chamadas Sim: DTMF/FSK - Capacidade de expansão: 7 ramais (base + 6 ramais) - Comunicação interna - Conferência a três - Transferência de chamadas - Alcance Até 300 metros em ambiente aberto ou até 50 metros em ambiente fechado Display: - Display luminoso - Alfanumérico - Indicação de carga da bateria Áudio: - Ajuste de volume de toque - Ajuste de volume de áudio - Som do teclado ajustável Memória: - Capacidade da agenda 70 contatos - Registro de chamadas recebidas Sim: 15 atendidas e 20 não atendidas - Registro de chamadas originadas Sim: 15 chamadas Funções externas: - Teclas para navegação no display - Posições de uso: Mesa Recursos:	150



	- Data - Hora - Alarme - Idiomas do menu: Português - Funções: Flash / Rediscar / Mudo / Pausa / Ajuste de Volume - Discagem rápida: 10 números - Autoatendimento - Modo repouso automático ao colocar o fone na base - Seleção Pública/PABX - Ajuste de tempo de flash: 100 a 900 ms - Código de área - Modos de discagem Tom/Pulso - Page (localizador do fone) - Alimentação: - Capacidade da bateria 600 mAh - Duração da bateria 20 h em uso ou 200 h em repouso - Tipo de bateria NiMH - Alimentação Bivolt (100 – 240 V)	
--	---	--

Parágrafo único: O(s) Atestado(s) deverão ser apresentados em papel timbrado do emitente, conter identificação do signatário, nome, endereço, telefone e, se for o caso, correio eletrônico para contato, a fim de possibilitar possíveis diligências.

12.9.4. Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.4.1. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, ou balanço de abertura para o caso de empresa recém-constituída, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

12.9.4.2. O Balanço Patrimonial e as demonstrações Contábeis, bem como o Balanço de Abertura (para o caso de empresas recém-constituídas), deverão estar devidamente

registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registro competente da sede ou domicílio da licitante, assinados por Contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade ou pelo Contabilista Legalmente Habilitado, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei 9.295/46, acompanhados de cópias autenticadas dos Termos de Abertura e encerramento do Livro Diário do qual foram extraídos (cf. artigo 5º, §2º, do Decreto Lei 486/69);

12.9.4.3. As empresas que utilizam a escrituração contábil digital deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado do último exercício social exigível, acompanhado dos Termos de Abertura e Encerramento (relatório gerado pelo SPED), Recibo de Entrega do Livro Digital na Receita Federal;

12.9.4.4. As empresas que utilizam a escrituração contábil através de Livro Fiscal deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado do último exercício social exigível, acompanhado dos Termos de Abertura e Encerramento;

12.9.4.5. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar Nº 123/2006 (Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte) não estão dispensadas da apresentação de Balanço Patrimonial, devendo proceder com sua apresentação na forma estabelecida no item 12.9.4.1. e 12.9.4.2;

12.9.4.6. Os documentos referidos no item anterior limitar-se-ão ao último exercício, no caso de pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

12.9.4.7. Também deverá apresentar junto com os documentos de habilitação a comprovação de Patrimônio Líquido e/ou Capital Social corresponde a **10%** (dez por cento) do valor total do objeto licitado.

Parágrafo único: *A exigência de patrimônio líquido e/ou capital social mínimo busca assegurar que a contratada possua condições financeiras para suportar os custos do fornecimento dos itens, sem riscos de atrasos ou inexecução. Considerando que tais equipamentos são essenciais para o suporte administrativo, sendo fundamentais para a continuidade e eficiência das atividades administrativas, a exigência se mostra necessária para garantir segurança, estabilidade e plena execução do objeto.*

12.9.4.8. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

Parágrafo único: *Poderá a licitante apresentar Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, nos termos da súmula 50 do TCE-SP.*

12.9.5. Declarações complementares de apresentação obrigatória:

12.9.5.1. Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação.

12.9.5.2. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal Nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

12.9.5.3. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal Nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal Nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

12.9.5.4. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei Nº 8.213/1991.

12.9.5.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

12.9.5.6. Declaração que **não** emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.



12.10. Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não-digitais.

12.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal Nº 14.133/2021.

12.12. Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei Federal Nº 14.133/2021.

12.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.14. Os documentos adicionais exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estipulado pelo pregoeiro.

12.15. Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

12.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

12.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.



12.18. Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos os mesmos serão considerados válidos se emitidos em até 180 dias.

12.19. O(a) Pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

12.20. A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.

12.21. O Pregoeiro, se julgar necessário, encaminhará o processo a Secretaria Requisitante, a fim de que seja emitido parecer técnico referente a proposta vencedora, bem como para análise da qualificação técnica da licitante.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro observará o disposto no art. 165 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação pelo sistema. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

13.3.1. O tempo mínimo para manifestação da intenção de recurso **será de 30 minutos**, podendo o pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. OBRIGAÇÕES DA GESTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1. Compete à Gestora:

14.1.1. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

14.1.2. Tomar as medidas necessárias quanto ao fiel recebimento dos produtos e serviços.

15. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

15.1. Compete à Detentora:

15.1.1. A empresa deverá atender as especificações técnicas dos produtos e serviços a serem adquiridos. O Município de Franco da Rocha, não está obrigado a adquirir uma quantidade mínima dos produtos/serviços, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade, cronogramas, e do momento da aquisição.

Parágrafo único: Os quantitativos totais expressos no **Anexo II (MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS)** são estimativos e representam previsões desta municipalidade para as compras durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

15.1.2. Efetuar a entrega dos produtos e serviços, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações do Edital, bem como os ANEXOS I e II deste edital.

15.1.3. Substituir, obrigatoriamente, o produto que não atender as exigências de qualidade para utilização.

15.1.4. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até cumprimento total da ata de registro/contrato.

15.1.5. A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos produtos.

15.1.6. A DETENTORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

15.1.7. A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

15.1.8. A DETENTORA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da presente Ata de Registro de Preços.

15.1.9. A DETENTORA deverá manter todas as condições de HABILITAÇÃO solicitadas no Edital durante todo o período de execução do objeto.

15.1.10. A DETENTORA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

Parágrafo único. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da detentora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata de registro de preços.

15.2. A existência do preço registrado não obriga o Município de Franco da Rocha a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação de licitações, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições, e acordo com este edital, assumir inteira

responsabilidade pela qualidade, e conformidade do produto entregue, nas condições exigidas em edital, no instrumento contratual de Ata de Registro de Preços, e na legislação que regulamenta a matéria, e, se obriga a cumprir as exigências constantes no ANEXO II (MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS), sem prejuízo de outras obrigações legais que ainda tenha que cumprir.

16. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO PRODUTO OU SERVIÇO

16.1. Os produtos serão requisitados de segunda a sexta-feira, mediante Autorização de Fornecimento.

16.2. A entrega dos itens será realizada na Diretoria de Gestão em Tecnologia da Prefeitura Municipal de Franco da Rocha, situada na Alameda Dr. Antônio Carlos Pacheco e Silva, 300, Sala 16, Centro, “Paço Municipal Juquery” - Complexo Hospitalar do Juquery, Franco da Rocha/SP, no período das 09h00 às 16h00, em dia úteis, conforme o calendário municipal de feriados e pontos facultativos vigente, dentro do prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

***Parágrafo único:** o prazo de entrega especificado na cláusula 16.2 poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, desde que a contratada apresente justificativa formal e devidamente fundamentada.*

16.2.3. Fica por conta da **DETENTORA** garantir que os produtos estarão de acordo com normas regulamentadoras e leis vigentes, bem como tais exigências contidas no **ANEXO I e ANEXO II**.

***Parágrafo primeiro:** Os produtos/serviços deverão ser entregue de acordo com os padrões de qualidade, acondicionamento, manuseio e transporte, respeitadas as quantidades solicitadas e observadas as regras específicas fixadas no presente edital, no Anexo I (termo de referência) e no Anexo II (modelo de proposta de preços).*

***Parágrafo segundo:** As entregas deverão ser feitas em conformidade com os descritivos e informações contidas na Autorização de Fornecimento/Serviço a ser emitida.*



Parágrafo terceiro: A Autorização de Fornecimento/Serviço original ficará à disposição da empresa para retirada no Setor de Suprimentos, contudo também será enviada via e-mail para o endereço eletrônico disposto na proposta da empresa vencedora.

16.3. A contratação para execução dos serviços do objeto do presente documento terá vigência a partir da data da Ata de Registro de Preço, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo único: O setor responsável deverá apurar e atestar a execução e prestação dos serviços conforme condições apresentadas nas propostas de preços dos licitantes vencedores.

16.4. As despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento dos produtos/serviços, será de responsabilidade da empresa contratada.

16.5. A Secretaria requisitante terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, para conferência e liberação do documento, onde será atestado pelo setor competente e encaminhado à Secretaria Municipal da Fazenda para pagamento.

Parágrafo único: Caso os produtos/serviços estejam em desacordo com o edital e seus anexos e não sejam recebidos definitivamente, a Nota Fiscal/Fatura será devolvida à Detentora, deferindo prazo de 2 (DOIS) dias úteis para regularizar a situação.

16.6. A DETENTORA fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata, observado os endereços e quantidades dos produtos/serviços descritos no ANEXO I e ANEXO II que faz parte integrante deste edital.

16.7. Na hipótese da DETENTORA da Ata de Registro de Preços se negar a receber a “Autorização de Fornecimento/Serviço”, de que trata o subitem 16.2 do edital, o mesmo deverá ser enviado pelo Correio por via Carta Registrada ou outro instrumento equivalente, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro para todos os efeitos legais.



16.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto da Ata de Registro de Preços não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto licitado.

16.9. O recebimento dos serviços será efetuado por servidor responsável, que poderá solicitar junto ao fornecedor a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos mesmos, ou até mesmo substituí-los por outros novos, no prazo máximo definido no parágrafo único do item 16.5 contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos.

Parágrafo primeiro: A Diretoria de Contratos e Concessões será o órgão gerenciador ADMINISTRATIVO da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação.

Parágrafo segundo: Ficará sob responsabilidade da Secretaria requisitante, através de servidor público a ser indicado, verificar o atendimento às especificações técnicas contidas no **ANEXO I** e **ANEXO II** do presente Edital.

16.10. A contratada deverá fornecer exclusivamente equipamentos novos, de primeiro uso, devidamente lacrados, em suas embalagens originais de fábrica, acompanhados de todos os manuais, acessórios e cabos necessários ao seu pleno funcionamento.

16.11. Os equipamentos entregues deverão atender integralmente às especificações técnicas e funcionais estabelecidas no Termo de Referência, sendo vedada a substituição por modelos ou versões diferentes sem prévia anuência formal da Administração.

16.12. Adicionalmente, caberá à contratada assegurar que os bens fornecidos sejam compatíveis com os padrões de qualidade e desempenho exigidos, apresentem condições adequadas de segurança e não possuam vícios aparentes ou ocultos que comprometam sua utilização ou durabilidade.

16.13. Todos os itens deverão possuir garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de 30 (trinta) dias para produtos não-duráveis e de 90 (noventa) dias para produtos duráveis, a partir da data de recebimento do item, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo fabricante.



16.14. Os itens duráveis de nº 2, 10, 26, 27, 28, 29, 30, 49 e 79, constantes do Anexo I do Termo de Referência deverão ter garantia contratual complementar à garantia legal, pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de recebimento do item.

16.15. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Administração.

16.16. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

16.17. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

16.18. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

16.19. A comunicação para acionamento da garantia será realizada por meio de correio eletrônico, devendo o respectivo equipamento ser retirado no local e horário indicados no período de 3 (três) dias úteis.

16.20. O período de execução da manutenção corretiva não deverá exceder 10 (dez) dias úteis.

16.21. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da contratada, desde que aceita pela Administração.

16.22. Durante o período de manutenção corretiva, a contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Administração, de modo a garantir a

continuidade dos serviços administrativos durante a execução dos reparos, haja vista o interesse público.

16.23. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação ou a apresentação de justificativas pela contratada, poderá a Administração contratar pessoa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

16.24. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da contratada.

17. DO PAGAMENTO

17.1. - Os pagamentos serão efetuados à detentora, preferencialmente, mediante crédito em conta bancária em nome da(o) detentora/contratada(o), conforme informações contidas na proposta readequada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do aceite/laudo de serviço por parte da Secretaria requisitante.

Parágrafo primeiro: *Excepcionalmente no mês de janeiro de cada exercício o pagamento se dará até o dia 31, haja vista, o encerramento e a abertura do orçamento do Município.*

Parágrafo segundo: *Para os casos em que os pagamentos serão efetuados à detentora mediante crédito em conta bancária, conforme item 17.1, a licitante vencedora deverá apresentar até assinatura da ata de registro de preços, informações da conta-corrente em nome da empresa, preferencialmente no Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal para os devidos fins.*

17.2. - Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa detentora carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal da Fazenda desta Prefeitura no prazo de 02 (dois) dias úteis.

17.3. - Em caso de envio de boleto por parte da contratada a data final para pagamento deverá respeitar os 30 (trinta) dias após aceite/laudo de serviço por parte da Secretaria requisitante.



17.4. - Caso a empresa contratada não apresente a carta de correção ou providencie a regularização do documento no prazo estipulado no subitem anterior, o prazo para pagamento será recontado a partir da data de sua apresentação ou regularização.

17.5. - Caso ocorra atraso no pagamento por culpa exclusiva da Prefeitura licitante, incidirá sobre o valor do débito vencido e não pago, correção monetária calculada de acordo com a adoção do IPCA-E, juros mensais equivalentes a 0,5% (meio por cento), contado da data do adimplemento até a data do efetivo pagamento.

Parágrafo primeiro: *A Detentora deverá manter todas as condições de HABILITAÇÃO solicitadas no edital durante todo o período da execução do objeto, devendo apresentar as certidões com as medições e/ou notas fiscal/faturas a serem aprovadas.*

Parágrafo segundo: *Para ciência, o Decreto Nº 3.394/2023 (ANEXO VII) dispõe a respeito da retenção do imposto sobre a renda nos pagamentos efetuados pelos órgãos, autarquias e fundações municipais a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e prestação de serviços.*

Parágrafo terceiro: *A Nota Fiscal deverá vir acompanhada de cada remessa entregue, em total conformidade com a respectiva Autorização de Fornecimento, bem como ser enviada em arquivo eletrônico para o endereço de e-mail: ti@francodarocha.sp.gov.br.*

18. DA NOTA DE EMPENHO

18.1. A nota de empenho deverá ser retirada na Secretaria da Fazenda da Prefeitura.

19. DO REAJUSTE:

19.1. As partes estão cientes e acordam que os valores do presente REGISTRO DE PREÇOS são fixos e irrevogáveis, pois nesse valor já está compreendido o índice de reajuste contratual que a empresa vencedora entende pertinente para todo o período da contratação.

20. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. A empresa deverá comparecer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, por escrito, para assinatura da Ata de Registro de Preços.



Parágrafo primeiro: A adjudicatária será convocada pela imprensa oficial, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, para no prazo indicado no item 20.1, podendo ser prorrogada por igual período e uma única vez, desde que devidamente justificado e aceito pela Prefeitura, possa assinar a Ata de Registro de Preços.

Parágrafo segundo: O Termo da Ata de Registro de Preços deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador) ou a quem o representar, munido de documento próprio. Na condição do representante legal ser diferente do indicado no ato constitutivo da empresa, será necessário encaminhar documento dando-lhe poderes para tal ato, a título de exemplo: procuração, sendo esta na forma da lei 13.726/2018.

a) Tratando-se de Representante Legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial; ou, tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; e

b) Tratando-se de Procurador, instrumento público de procuração ou instrumento particular, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada na alínea “a” deste subitem.

Parágrafo terceiro: Uma vez que a licitante vencedora manifeste obter certificado digital, deve ter autenticidade, conforme os termos a Medida Provisória nº 2.200-2 de 2021 e do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32/01, bem como o item 13.4.2 do edital.

20.1.1. - Decorrido o prazo sobredito, contado do recebimento do comunicado oficial para assinatura da Ata de Registro de Preços, e não tendo a empresa vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito à contratação e estará sujeita às penalidades previstas no item 20 deste edital.

20.2. Constitui condição para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o seguinte documento:



20.2.1. O representante legal da empresa que assinará a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, deverá apresentar o comprovante de cadastramento do CadTCESP, conforme previsto no art. 2º, Caput, inciso I das **instruções 01/2024** do TCE/SP (**ANEXO IX**) deste edital.

Parágrafo primeiro: O cadastramento citado acima, deverá ser feito no site do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), no endereço www.tce.sp.gov.br; conforme orientações contidas no **ANEXO VIII** (Manual do Sistema de Cadastro Corporativo – CadTCESP).

Parágrafo segundo: O cadastramento no CadTCESP é uma exigência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e deverá ser realizado por todos que assinarem a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO, ou seja: (Autoridade Máxima do Órgão/Entidade, Responsável pela Homologação do Certame ou Ratificação da Dispensa/Inexigibilidade, Responsáveis que assinaram o Ajuste pela Contratante e pela Detentora da Ata, Ordenador de Despesas. Etc...), sem exceção, bem como efetuar a atualização do respectivo cadastro no CadTCESP, sempre quando necessário.

20.3. Nas hipóteses de recusa do adjudicatário ou do seu não-comparecimento para assinatura da ata de registro de preços ou retirada do empenho, no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação, será aplicado o disposto no item 20, com a convocação do licitante que tenha apresentado a segunda melhor oferta classificada, obedecida às exigências de habilitação do tópico 12 deste edital.

20.3.1. O disposto no subitem anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração da ata de registro de preços com a Detentora, observadas as ofertas anteriormente apresentadas pelos licitantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis ao licitante que não cumprir os compromissos assumidos no certame.

20.4. O Município de Franco da Rocha, não está obrigado a adquirir uma quantidade mínima dos produtos/serviços, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade, cronogramas, e do momento da aquisição.

20.5. A existência do preço registrado não obriga o Município de Franco da Rocha a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios,

respeitada a legislação de licitações, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

20.6. Qualquer entendimento relevante entre a Gestora e a Detentora será formalizado por escrito e também integrará a Ata de Registro de Preços.

21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, quais sejam:

21.1.1. Dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços;

21.1.2. Dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3. Dar causa à inexecução total da ata de registro de preços;

21.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6. Não celebrar a ata de registro de preço/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução da ata de registro de preço/contrato;

21.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução ata de registros de preço/contrato;

21.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

21.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

21.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.2.1. Advertência;

21.2.2. Multa;

21.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

21.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;**21.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;

21.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

21.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

22. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

22.1. Ambas as partes comprometem-se a seguir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso. Cada parte é responsável pelos atos que praticar, incluindo os de seus funcionários. Em caso de incidentes envolvendo dados pessoais, a parte responsável deve comunicar imediatamente à outra parte com detalhes sobre o evento. Caso receba ordens ou notificações sobre dados pessoais, a parte deve informar a outra parte. Após o término do vínculo ou cumprimento das finalidades, os dados pessoais devem ser eliminados, exceto quando necessários para cumprir obrigações legais ou regulatórias, podendo ser mantidos de forma anonimizada.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



23.2. Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo pregoeiro.

Parágrafo único: a comunicação da alteração será feita por meio de publicação no site da Administração Pública através da página da internet desta Prefeitura, no endereço: www.francodarocha.sp.gov.br e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

23.3. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Franco da Rocha, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

23.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

23.7. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



23.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.11. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site da Administração Pública por meio da página da internet desta Prefeitura, no endereço: www.francodarocha.sp.gov.br e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

23.12. A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.

23.13. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Lei citadas no preâmbulo deste edital.

23.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Franco da Rocha.

23.15. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Franco da Rocha.

Franco da Rocha, 09 de outubro de 2025.

LORENA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeita

FELIPE ANTONIOLI

Secretário de Assuntos Jurídicos



ERINEIDE SOUZA DE OLIVEIRA
Secretária da Assistência Social

JADILSON LOURENÇO DA SILVA
Secretário de Cultura

EDUARDO DOS REIS MARCELINO NETO
Secretário de Educação

AGNES CRISTINA MIRANDA
Secretária de Esporte

RICARDO CARVALHO COSTA
Secretário da Fazenda

SAMANTA KAROLINE SILVA
Secretária de Governo e Comunicação

ANDRESSA CRISTINA TEIXEIRA DOS SANTOS
Secretária de Gestão Pública



CAMILA CRISTINA DE OLIVEIRA

Secretária de Habitação, Gestão Territorial e Ambiental

RENATA MASSELA DE LIMA PARREIRA

Secretária de Obras e Serviços

ADRIANA MARIA DE LIMA

Secretária Interina da Saúde

RICARDO MOREIRA

Secretário de Segurança Cidadã e Mobilidade Urbana